

# A SENSIBILIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DAS DISCIPLINAS DE PRÁTICAS JURÍDICAS REAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

## AWARENESS OF HUMAN RIGHTS IN TEACHING, RESEARCH AND EXTENSION OF THE DISCIPLINES OF REAL LEGAL PRACTICES OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF RORAIMA

Douglas Verbicaro Soares<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo versa sobre a implementação de uma educação multidisciplinar direcionada para a formação em Direitos Humanos nas disciplinas de Práticas Jurídicas Reais, realizadas no Núcleo de Práticas Jurídicas e Defesa dos Direitos Humanos (NPJDH) em uma Universidade Pública no norte do país, em especial em Roraima. A proposta tem por objetivo aprimorar o ensino jurídico, complementado com práticas de extensão e pesquisa. Bases essas que representam pilares do tripé das universidades. Por esta razão, destaca-se que o NPJDH tem grande relevância para a formação humanizada dos discentes do curso de direito, que podem desenvolver suas técnicas profissionais para o exercício da carreira jurídica, contribuindo para a visibilização das ações realizadas no Núcleo e com o retorno à sociedade, por meio da atenção jurídica realizadas pelos discentes e, também, com a produção dos seus trabalhos científicos e ações de sensibilização em benefício de grupos vulneráveis, em especial em temas sensíveis de Direitos Humanos.

**Palavras-chaves:** Educação. Inclusão. Direito.

**Abstract:** This article deals with the implementation of a multidisciplinary education directed to human rights training in the disciplines of Real Legal Practices, held at the Center for Legal Practices and Defense of Human Rights (NPJDH) in a Public University in the north of the country. The proposal aims to improve legal education, complemented with extension and research practices. These bases represent pillars of the tripod of universities. For this reason, it is noteworthy that the NPJDH has great relevance for the humanized training of law students, who can develop their professional techniques for the exercise of the legal career, contributing to the visualiza-

1 Possui Pós-doutorado em Direito pela Universidade de Brasília (2024). É Doutor em Direito pelo Programa: Pasado y Presente de los Derechos Humanos - Universidad de Salamanca (2015), título reconhecido no Brasil pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE/UFC), de acordo com a Resolução CNE/CES n 03, de 22 de junho de 2016. Mestre em Estudios Interdisciplinares de Género en la Especialidad Jurídica - Universidad de Salamanca (2012). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Pará (2004). Integra como pesquisador os grupos de pesquisas (CNPq): Núcleo de Estudos e Pesquisas Ovelário Tames/NEPOT; Clínica Jurídica de Inovação Pedagógica (CJIP) (UFC); Direito Antidiscriminatório e Marginalizações Sociais na Amazônia (GPDAMSA/UFAM); Consumo Responsável e Globalização Econômica (CESUPA/PA); Consumo e Cidadania (CCJPA/UFPA) e Direito, Género e Famílias (UnB). Tem experiência nas áreas de Direitos Humanos, Género, Direito do Consumidor, Direito Administrativo e Sexualidade. Atua como Coordenador do Laboratório de Direitos Humanos, Género e Sexualidade (LADIHGES). É professor Adjunto do magistério superior no Curso de Direito e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras - PPGSOF/UFRR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0323318580034437>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9242-9124>. E-mail: [douglas\\_verbicaro@yahoo.com.br](mailto:douglas_verbicaro@yahoo.com.br)

*tion of the actions carried out in the Nucleus and with the return to society, through the legal attention carried out by the students and, also, with the production of its scientific work and awareness-raising actions for the benefit of vulnerable groups, especially on sensitive human rights issues.*

**Keywords:** Education. Inclusion. Right.

## Introdução

O presente artigo discorrerá acerca do Núcleo de Práticas Jurídicas e Direitos Humanos (NPJDH) da Universidade Federal de Roraima - UFRR e, como pilar da educação, possui o dever de produzir trabalhos científicos em várias áreas do Direito com as temáticas principais de gênero, sexualidade e Direitos Humanos, com o intuito de educar e sensibilizar a sociedade roraimense sobre esses temas.

Dessa forma, o trabalho é uma pesquisa analítica, a qual pondera por meio do método bibliográfico exploratório, a importância do NPJDH para a sensibilização e a educação da sociedade roraimense acerca dos temas supracitados. Para a investigação foram pensadas algumas perguntas: Como essa atividade se insere no objetivo curso (disciplina)? Quais os conteúdos trabalhados na atividade? Quais as habilidades e competências trabalhadas na atividade? Qual o número de alunos que participaram da atividade e o tempo de duração?

Nesse sentido é importante destacar que as atividades do Núcleo englobam os discentes do curso de direito, em especial nas disciplinas: Prática Jurídica Real I (Direito Civil e Processual Civil); Prática Jurídica Real II (Direito Penal e Processual Penal); Prática Jurídica Real III (Direito Trabalhista e Processual Trabalhista); Prática Jurídica Real IV (Direito Constitucional, Administrativo e Previdenciário), que correspondem aos semestres: 7º, 8º, 9º e 10º.

### Como essa atividade se insere no objetivo curso (disciplina)?

O componente do Estágio Curricular Supervisionado é desenvolvido tanto dentro das disciplinas de Práticas Jurídicas, do 7º ao 10º período, como presencialmente, no ambiente do Núcleo de Práticas Jurídicas e Defesa de Direitos Humanos (NPJDH). Unidade a que cabe, precipuamente, a direção e a supervisão de todas as atividades de práticas jurídicas reais e simuladas. Tais atividades podem ser desenvolvidas, em parte, em Instituições e Órgãos vinculados à Coordenação de Convênios dessa Universidade e à Coordenação do Núcleo de Prática Jurídica e Defesa de Direitos Humanos, escritórios de Advocacia, Procuradorias, dentre outras, tudo sob a supervisão da Coordenação do NPJDH.

O Estágio Curricular Supervisionado, por meio das disciplinas de Práticas Jurídicas, apresenta a atividade prático-processual das diversas carreiras jurídicas, nas mais diversas áreas do Direito (Civil, Penal, Trabalhista, Fiscal, Direitos Humanos, Direito do Consumidor, Direito Cibernético, Direito Indígena, Constitucional, Direito Administrativo etc.). Assim, demonstrando a preocupação do curso em privilegiar a interdisciplinaridade e a articulação dos saberes, viabilizando a implementação das atividades que atendam ao

tripé das três espécies de formações: geral, técnico-jurídica e prático-profissional para os discentes do curso de Direito. Dessa maneira, estando em consonância com a previsão da Resolução nº 2 de 19 de abril de 2021 do CNE/CES, que inclui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito no país.

Destaca-se que as disciplinas de Práticas Jurídicas estão divididas em uma primeira parte, com a carga horária a ser ministrada em sala de aula (Prática Jurídica Simulada – carga horária de 30h), e outra segunda parte ministrada dentro do NPJDH (Prática Jurídica Real – carga horária de 60h), conforme dispõem a Resolução CNE/CES nº 09/04, o Resolução 012/2012-CEPE, o Projeto Pedagógico do curso de direito dessa Universidade, o Regulamento do Núcleo de Práticas Jurídicas e Defesa dos Direitos Humanos e a programação semestral de atividades elaborada pela Coordenação do NPJDH, a saber:

## O Sistemática da Prática Jurídica Real

A Prática Jurídica Real consiste na participação efetiva em assistência jurídica real, que deverá ser realizada no Núcleo de Práticas Jurídicas e Defesa dos Direitos Humanos, podendo, em parte, ocorrer em escritórios de advocacia, entidades ou instituições efetivamente conveniadas com o curso de direito, importando, em qualquer caso, na supervisão das atividades e na elaboração de relatórios mensais, para posterior avaliação pelo docente responsável, perfazendo 60 (sessenta) horas.

Além disso, dentro da carga horária da disciplina, os discentes matriculados deverão participar de audiências reais, conforme a divisão fornecida a cada semestre na programação de atividades. No mesmo sentido, os discentes deverão ser instruídos pelo professor das disciplinas de Práticas Reais a utilizarem os sistemas do PROJUDI e PJe, com o intuito de colocar em prática os conhecimentos adquiridos nas disciplinas de Práticas Simuladas (não contempladas no presente projeto), permitindo uma efetiva interação entre as disciplinas de Práticas Jurídicas. Deste modo, implementando o ensino com base no letramento digital dos alunos do curso de direito.

Nesse sentido, viabilizando que os estudantes possam exercer suas atividades acadêmicas, atuando em processos eletrônicos e, também, conhecendo as realidades da atividade profissional jurídica junto aos diferentes Tribunais e Órgãos públicos, seja no âmbito do controle, ou no acompanhamento prático dos processos nos sistemas eletrônicos dessas Instituições.

Por fim, de igual modo, serão realizadas visitas agendadas e orientadas pelo docente responsável aos órgãos que têm atividades precipuamente relacionadas a cada uma das temáticas semestrais das disciplinas de Práticas Jurídicas.

## Quais os conteúdos trabalhados na atividade?

Como escopo para a realização das disciplinas de Práticas Jurídicas Reais se trabalham as matérias que servem como base para o desenvolvimento das atividades do NPJDH, que seriam: Prática Jurídica Real I (Direito Civil e Processual Civil); Prática Jurídica Real II (Direito Penal e Processual Penal); Prática Jurídica Real III (Direito Trabalhista e Processual Trabalhista); Prática Jurídica Real IV (Direito Constitucional, Administrativo e Previdenciário), com o intuito de que os discentes possam aplicar os conhecimentos ao longo do curso em situações reais de atendimentos. Esse modelo adotado no Núcleo tem características de um estágio, que permite aos alunos do curso exercerem a profissão jurídica e realizarem atendimentos ao público.

Nessa conjuntura, o ensino no NPJDH aplica o programa da disciplina, que se preocupa em destacar algumas questões relevantes para o exercício futuro da profissão jurídica pelos discentes, em geral relacionadas com os seguintes tópicos: a) Noções gerais para a atenção prévia aos assistidos do NPJDH; b) Procedimentos internos para a elaboração da assistência ofertada pelo NPJDH; c) Incentivos às práticas alternativas para a solução de conflitos; d) Direcionamentos sobre petição inicial, contestação, audiências

de conciliação/ e ou instrução, sentença, recursos e pedido de cumprimento de sentença; e) Elaboração de questionamentos às partes em audiências, que serviriam como estratégia processual.

Até então, nada diferente como visto nas atividades em outros Núcleos de Práticas Jurídicas, onde os discentes devem cumprir a carga horária de 60h (sessenta horas). Mas, como a realidade regional exige um enfoque a temas diferenciados, foi iniciada uma atenção especial às necessidades locais.

Desta maneira, devido à demanda de atendimentos e pedidos de orientações jurídicas em assuntos que versam sobre Direitos Humanos, acabaram ampliando as abordagens do NPJDH, permitindo que os discentes pudessem conhecer as problemáticas existentes e focar nas alternativas possíveis para resolver os conflitos. Dessa forma, os permitindo utilizar da criatividade para apresentar estratégias efetivas para o desempenho de seus trabalhos como estudantes e futuros profissionais.

Com essa novidade para a sensibilização nesses temas, esforços estão sendo implementados para tratar sobre: a história dos Direitos Humanos, a proteção desses direitos em Instrumentos Internacionais, o contexto de aplicação nacional dos Direitos Humanos; a educação em Direitos Humanos; a interculturalidade e processos sociais na Amazônia; os estudos de gênero, o direito indígena etc. Esses assuntos vêm sendo destacados nos próprios eventos do NPJDH, com a participação dos alunos de Práticas Jurídicas Reais.

Essa forma de educação sensibilizada vem permitindo a possibilidade de realizar trabalhos louváveis com profissionais de distintas áreas na soma de ações em combate às situações de violência, seja contra as pessoas em situação de exclusão social, que sofrem por questões relacionadas ao gênero ou sexualidade, da mesma forma em que têm suas dignidades expostas aos riscos de práticas preconceituosas e oportunistas.

Com esse cenário preocupante, em um Estado que possui índices negativos alarmantes de violações e que colocam as mulheres em situações de perigo, devido aos crimes cometidos indiscriminadamente, pelo simples fato de ser mulheres e, de maneira similar, também contra as pessoas em situação de exclusão, como as pessoas com identidade de gênero ou orientação sexual diversa dos modelos heteros hegemônicos. Esses fatores contribuíram para a criação de alternativas, por parte do NPJDH, em gerar uma reflexão entre os discentes do curso, com a possibilidade de trazer essas discussões para as disciplinas de Práticas Jurídicas Reais, sendo inovadora na região, por não existir experiências similares sendo adotadas dentro de um Núcleo de Prática Jurídica no Estado de Roraima.

Nessa abordagem multidisciplinar, parcerias foram desenvolvidas com projetos de alguns Órgãos na região para disseminar formas inovadoras para aprimorar o transmitir do conhecimento às exigências de se viver em um espaço hostil para muitas pessoas. Nessa conjuntura, foi possível ter a participação, por exemplo, de um projeto organizado pela Assembleia Legislativa do Estado, junto com a Participação do Ministério Público do mesmo Estado, na realização de minicursos para os interessados, nesse caso, para os alunos das Práticas Reais do NPJDH, que puderam ter contato com o relato de casos, por parte de uma equipe composta por profissionais das ciências sociais aplicadas e humanas, como psicólogos, advogadas, integrantes do serviço social na sensibilização em questões da violência de gênero.

Assim, aproximando os discentes do contexto social local, sendo esse passo fundamental para mudanças de pensamentos, permitindo que os alunos possam conhecer as adversidades experimentadas por inúmeras pessoas, por diversos motivos, como vem sendo o caso dos migrantes ou refugiados. Com essa perspectiva, foi possível contar com os trabalhos de entidades que lidam, diariamente, com os desafios de quem teve que deixar seu país, na busca de melhores perspectivas de vida. Sem dúvida, esses ensinamentos ficam marcados para os que escutam os tristes relatos e servem de prática sensibilizadora para os envolvidos nas atividades do NPJDH.

De igual forma, as aproximações com organização da sociedade civil (que reivindicam o respeito), seja na questão do acesso a direitos ou de não sofrer preconceitos/discriminações por razão de raça, diversidade sexual, identidade de gênero e outras.

Esses contatos com diversas Instituições vêm viabilizando as parcerias, ajudando nas abordagens

de atendimento no NPJDH, pois atender um caso de um assistido do Núcleo, por exemplo, com uma temática de direito civil e que possa ser orientado como solicitar a utilização do nome social em documentos, ou ajudar a um imigrante na tramitação de questões administrativas junto a um Órgão no Estado são relevantes para criar empatias necessárias para os discentes do curso de direito. Da mesma forma em que auxiliar um cidadão a proceder com uma denúncia, em casos de vítimas de violência de gênero, são iniciativas de boas práticas que fazem dos alunos do curso pessoas melhores. Esses são os modelos que tornam as ações do NPJDH imprescindíveis e que impactam diretamente em sociedade.

Destarte, a compreensão do direito é ampliada significativamente, já não apenas entendida nos enfoques do direito civil e processual, penal ou qualquer outras, uma vez que as abordagens na atenção do ensino nas Práticas Reais passam a ter uma conotação multidisciplinar, com uma educação humanizada, interseccional e harmônica.

## O objetivo dos aprendizados dos alunos

As realizações das ações do presente projeto têm como ponto inicial o acolhimento dos alunos para refletirem sobre as realidades socioculturais da sociedade, permitindo que os mesmos possam desenvolver o senso crítico para identificar problemas e buscar alternativas para a elucidação dos mesmos. Com essa iniciativa, foi possível que os discentes começassem a questionar posturas e combater obstáculos que dificultavam o acesso ao direito, por parte das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, as disciplinas de Práticas Reais exigiram uma formação específica para os temas de Direitos Humanos, uma vez que, a maior parte dos casos de atenção jurídica no NPJDH estavam concentradas em temas relacionados com violências de gênero, conflitos em terras de povos originários, migrações e refugiados, preconceito com a diversidade sexual etc. Desse modo, a iniciativa de ensino almejou a integração dos alunos às múltiplas conjunturas na análise interseccional dos Direitos Humanos e temas inerentes, permitindo que os estudantes pudessem atuar de modo efetivo no combate às inúmeras injustiças que assolam a região, se tornando verdadeiros agentes em prol da igualdade e defensores desses Direitos.

Como as disciplinas de Práticas Jurídicas Reais englobam os quatro últimos semestres da graduação, esse tempo de formação vem possibilitando que o aprendizado seja marcado por trocas de experiências positivas, viabilizando que, ao final do curso, os discentes possam exercer suas atividades profissionais com atitudes corretas e responsáveis, com autocontrole e coerências com os preceitos debatidos na vivência dos atendimentos do NPJDH.

## O protagonismo alcançado pelos alunos:

O principal intuito da atividade foi de modificar a ideia de que os Núcleos de Práticas Jurídicas representam espaços apenas para atender as dúvidas da sociedade. Incentivar os alunos em participar efetivamente na Universidade, levando em consideração ao investimento público recebido, fazendo das aulas práticas não apenas um ambiente motivador para as trocas de experiências, mas um espaço onde o aluno pode encontrar múltiplas abordagens para a sua formação e desempenho prático profissional. Assim, as disciplinas de Práticas Jurídicas Reais não se limitam à atenção inicial no atendimento prévio à comunidade, mas na viabilidade do aluno do curso de direito em conhecer os desafios dessa atenção, identificando problemas e, também, buscando soluções para o aprendizado no curso e na vida, externalizando esse aprendizado a um número maior da sociedade, participando de debates, ações de extensão, pesquisas e ensinamentos no âmbito jurídico.

O planejamento didático-pedagógico, no qual deve constar, no mínimo, a apresentação dos objetivos didático-pedagógicos, bem como das estratégias de desenvolvimento da(s) atividade(s) e da(s) avaliações

Em relação ao planejamento didático-pedagógico, o objetivo geral foi de desenvolver, no âmbito das disciplinas de Práticas Jurídicas Reais (I, II, III e IV), que ocorrem no 7º, 8º, 9º e 10º semestres, uma complementação no ensino, ampliando aos pilares básicos da Universidade, ou seja: ensino, pesquisa e extensão. Desse modo, foi possibilitado aos alunos do curso de direito não apenas realizar a orientação jurídica à comunidade, com acesso à justiça gratuita, mas também, de poder participar com distintas atividades de projetos de pesquisa e extensão, trabalhando com temas de Direitos Humanos.

Com essa inovação, o Núcleo de Práticas Jurídicas e Defesa dos Direitos Humanos criou o Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade para trabalhar a sensibilização em temas sensíveis, como a preocupação de formar os discentes e, futuros profissionais, para os desafios de uma sociedade marcada por episódios de preconceito e discriminações na esfera dos temas de gênero e sexualidade.

Nesse sentido, nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, mais de sessenta trabalhos, entre os mesmos *lives* informativas sobre temas do direito, palestras, visitas de escolas do ensino médio no espaço do NPJDH, mostras acadêmicas, artigos científicos, capítulos de livros e livros publicados em parceria com os estudantes da graduação. Incentivos que vêm desenvolvendo o senso crítico dos discentes e profissionais da Universidade em um ensino humanizado, levando em consideração os elevados dados que apontam o estado do extremo norte do país, como um dos mais violentos para as mulheres e, também, para as pessoas LGBTQs (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros).

Todas as atividades do NPJDH geraram publicações em diversos periódicos e eventos nacionais e internacionais com a participação do único professor do Núcleo, de modo individual ou em parceria com os alunos. Fato que demonstra a eficiência dos trabalhos alcançados e que, também, podem servir de inspiração para outras Instituições em favor do ensino jurídico de qualidade e na abordagem multidisciplinar de diferentes temas, desde a temática dos povos originários e tradicionais, passando pelas relações de consumo, proteção de dados, gênero e diversidade sexual, direito laboral, processual civil, saúde pública e muitos outros. Distintas possibilidades podem contemplar a educação em direito aplicada às práticas jurídicas.

Dessa maneira, com as diversas atividades realizadas no Núcleo, os alunos são avaliados com base nos atendimentos jurídicos ao público, recebendo as demandas da sociedade, colocando em prática o autoconhecimento adquirido para a solução dos conflitos e capacitando os mesmos no despertar do senso crítico e criativo.

De igual forma, fazendo com que o ensino jurídico os faça atentar e se preocupar para as realidades nas quais vivem, atuando de modo responsável frente às injustiças que se implementam no Estado para os mais necessitados, que são recebidos e atendidos no NPJDH. Destaca-se que alguns desses atendimentos já serviram como base para estudos científicos e integram as discussões nos projetos realizados no Núcleo, da mesma forma em que casos de atendimento, também, serviram como base para a realização de monografias de discentes do curso de direito, a exemplo da temática do estelionato sentimental, decorrente de uma ação movida em que o NPJDH atuou como defensor de uma das partes do processo, mas que o caso concreto permitiu a realização de uma investigação própria dos discentes do curso de direito, conciliando o conhecimento teórico com o prático.

## A interface com outras disciplinas

Como as disciplinas do NPJDH têm relação com as práticas, levando em consideração os ensinamentos doutrinários do curso de direito, o modelo adotado por esse projeto visa demonstrar a viabilidade dessa educação multidisciplinar, utilizando os diversos nuances de diferentes disciplinas para alcançar a uma abordagem muito mais ampla, permitido aos alunos conhecer suas realidades de aplicar a forma mais eficiente para lograr o êxito com responsabilidade em suas ações. Essa educação em temas de direito permite uma ampliação no ensino, abarcando diversas disciplinas, seja na área das ciências sociais aplicadas, como em outras afins, como a história, a sociologia, medicina, psicologia, biologia etc.

## O diálogo com o contexto social e o potencial de difusão e replicação do material didático

Essa interação com o contexto social é imprescindível, pois as disciplinas de Práticas Jurídicas Reais necessitam uma preocupação com a realidade em que vivem os alunos, sendo, portanto, direta a relação com as orientações que prestam à sociedade. Assim, saber dos problemas vividos pela população carente, conhecer suas realidades e saber atuar para buscar a solução dos conflitos, representam as bases desse ensino prático jurídico, correlacionado com o contexto em que se aplica.

Por esta razão, a sensibilização multidisciplinar em Direitos Humanos ofertada no NPJDH permite a formação de alunos comprometidos com a sociedade local, tornando-os verdadeiramente agentes formadores, ganhando tanto a Universidade com a qualidade dos alunos, o público atendido no NPJDH com atendimentos satisfatórios, da mesma forma em que os alunos saem no mercado de trabalho capacitados e engajados em mudar realidades.

É válido destacar que essas práticas já começaram a ser divulgadas em encontros nacionais e internacionais, onde as ações de ensino, pesquisa e extensão integraram trabalhos aprovados em distintos eventos, apresentando resultados importantes para troca de conhecimento e servir como inspiração para outras Instituições.

## O ineditismo e a criatividade envolvidos na atividade

Por ser um projeto, não havia previsão anteriormente no próprio curso de direito. Dessa forma, as diretrizes começaram a ser criadas para o incentivo da participação dos alunos, com as chamadas para a realização das primeiras atividades focadas nas discussões sobre temas relevantes para o direito. Após essa mobilização inicial, se começou a criar os projetos de pesquisa do NPJDH. Ao longo das atividades, os projetos também foram extensivos à sociedade. Assim, o ensino das Práticas Jurídicas Reais estava concentrado no acompanhamento dos alunos nas atenções ao público, assim como, na formação dos estudantes e da sociedade em eventos voltados para a sensibilização, em especial em questões de Direitos Humanos, gênero e sexualidade, pois os maiores problemas detectados estavam justamente nessas áreas.

Com essa conjuntura, a experiência de utilização de meios artísticos por exemplo se mostrou eficaz, com a abordagem de literatura, música, cinema, séries televisivas trabalhados com os alunos em temas de Direitos Humanos foram algumas das atividades propostas e realizadas. Essa prática vem permitindo uma maior participação de alunos interessados em desenvolver estudos e aprimorar seus conhecimentos com a realização de ações de pesquisa e extensão, com uma abordagem de educação humanizada, decorrente da interação entre alunos e professor do NPJDH. Tema esse que será ressaltado nos próximos tópicos do projeto.

## Quais as habilidades e competências trabalhadas na atividade?

Acredita-se que as Práticas Jurídicas Reais são atividades que devem motivar os alunos do curso de direito para o exercício da atividade profissional, aplicando o conhecimento adquirido ao longo da graduação no exercício profissional desses discentes, levando em conta a realidade social em que vivem. Por esta razão, o ensino jurídico deve levar em conta os nuances específicos do contexto histórico-cultural em que se vive.

Assim, o presente projeto do NPJDH, ora submetido, dessa Universidade pública no norte do país, visa ampliar a forma de oferecer esse ensino, preocupada com os futuros profissionais que sairão no mercado de trabalho, permitindo que os mesmos tenham acesso às distintas alternativas para sensibilização em temas relevantes, em especial sobre Direitos Humanos. Fazendo que o ensino não esteja restrito ao

repassar conhecimento de maneira a utilizar suposto moldes, não preocupado com as realidades. Por essa simples razão, o funcionamento do ensino jurídico prático e real não poderia estar restrito a esse antigo pensamento.

Com base nessa premissa, coincidindo com o início das atividades do NPJDH no segundo semestre de 2019, a proposta foi de inovar, fazendo com que os alunos pudessem aplicar o conhecimento, até então adquiridos com as reais necessidades em que esses alunos viviam. Nesse interim, importante foi a iniciativa do único professor que, também vem coordenando o NPJDH, durante todos esses anos, pois na crença por viabilizar o ensino jurídico em um espaço simples (do Núcleo), permitiu que novos caminhos fossem iniciados, mostrando, inclusive, para o próprio curso de direito (inicialmente descrente), que mudanças efetivas podem ser alcançadas por ações de sensibilização social, que podem mudar perspectivas e realidades. Dessa forma, o NPJDH alcançou projeção na Instituição e começou a visibilizar, por meio de seus projetos, o nome da Universidade pública que o acolheu e permitiu a implementação de suas ações.

É viável destacar que a conjuntura do Estado (em que essa atividade está aplicada) possui relação próximas com questões de povos originários e tradicionais, assim como com pessoas em situação de migrações e refúgio. Portanto, a sociedade regional necessita uma atenção específica a todos esses temas e seus problemas. Todos os dias, nos meios de comunicações, são revelados casos em que conflitos por invasões de terras, práticas de garimpos irregulares, conflitos com povos indígenas e invasores, violência de gênero, exploração sexual, tráfico de pessoas, temas de migrações e refúgio etc.

Essas adversidades na região impactam direta e indiretamente nos casos de atenção à sociedade, nos atendimentos do NPJDH, assim como na vivência dos alunos. Consequentemente, aprimorar o conhecimento críticos dos acadêmicos, levando em conta essas múltiplas realidades culturais é fundamental, justamente para que se possa destacar essas habilidades e práticas efetivas no desempenho dos seus estudos e como defensores de direitos, no combate às injustiças sociais, ao preconceito e à materialização da discriminação em diferentes áreas desse Estado no norte do país. Dessa forma, os discentes conseguem, habilmente, identificar os problemas, buscar alternativas para combatê-lo, podendo acompanhá-lo e, posteriormente, caso não tenha obtido êxito, procurar outra forma de solucioná-lo.

Frente a esse relato, importantes serão as iniciativas que buscam alertar sobre essas realidades, tanto para os alunos do curso, como para a sociedade atendida pelo trabalho realizado no espaço do NPJDH na Universidade. Mas, importante lembrar que essas iniciativas comentadas deverão ser passadas de modo a atrair a atenção dos envolvidos, seja através do desenvolvimento de aulas interativas, com a utilização da internet ou filmes para desenvolver trabalhos ou atividades voltadas para discussões acadêmicas, ou também, usando as mídias digitais disponíveis para realizar *lives* educativas desde 2021, implementadas em período de Pandemia (encontros virtuais no próprio Instagram do NPJDH), na promoção de ampliar o número de pessoas para participar dessas iniciativas, promovendo a inclusão dos temas eletrônicos para o aprendizado coletivo e criativo.

Em uma época em que foi a única maneira de poder celebrar essas atividades devido à reclusão social pela Covid-19. Esse período de aprendizado com as *lives* decorreu da criação de um projeto de extensão a ser promovido pelo Núcleo, com a intenção de fazer com que os alunos em um momento de grande ansiedade e incerteza, pudessem estar convidando profissionais de múltiplas áreas para trocar experiências sobre temas diversos e se comunicarem.

Nesse sentido, outros projetos de extensão foram desenvolvidos no espaço do NPJDH, como por exemplo um que trabalhou em 2021 com os alunos sobre questões de práticas éticas e moral social e, em 2022, outro que destacava a implementação da primeira Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero no Estado, em pleno esforço para a sensibilização em temas sensíveis, mas necessários em discussão pelos discentes de práticas jurídicas reais. Todos os projetos lograram a publicação de artigos científicos e capítulos de livro, promovendo a criação de trabalhos por parte dos alunos e a posterior visibilidade dos mesmos para a comunidade científica.

Outra questão que poderá ser explicitada sobre as habilidades, foi durante a Pandemia, que os discentes foram incentivados a participar de eventos digitais nacionais e internacionais. Nesse sentido, di-

versos alunos puderam submeter em parceria trabalhos com o único professor do NPJDH, conseguindo a aprovação dos mesmos e a defesa, fazendo com que os alunos se sentissem capazes de desenvolver pesquisas e serem recompensados com a apresentação e publicação dos mesmos, tanto no Brasil como na Argentina, quando por exemplo apresentaram trabalhos em espanhol como: *la resistencia de los estudios de género en la universidad durante la pandemia de covid-19 e la implementación de proyectos de enseñanzas sobre sexualidad en el centro de practicas jurídicas de la universidad.*

Êxitos acadêmico-científicos que contaram com a participação dos discentes do curso de direito no exercício de suas práticas.

Essas trocas de experiências servem de motivação tanto para os participantes, como para outros alunos no desempenho de atividades científicas similares.

Sabe-se que as novas tecnologias vêm propiciando avanços importantes nas relações sociais em múltiplos aspectos, no âmbito do direito e na educação, válidos são os esforços em promover as técnicas do letramento digital para discentes, viabilizando que os alunos possam conhecer as questões relacionadas ao direito eletrônico, assim como saber utilizar de modo responsável esse conhecimento no exercício de suas vidas pessoais e profissionais, seja na maneira em divulgar mensagens, postar vídeos, assim como conhecer as diversas repercussões para seus atos virtuais em sociedade.

No mesmo sentido, em que as Práticas Jurídicas Reais também estão atentas às exigências de oferecer um ensino de qualidade, de modo a capacitar os alunos no manuseio dos sistemas eletrônicos de Órgãos públicos e privados para o exercício de suas práticas reais, zelando pelo exercício da profissão jurídica.

Igualmente, o NPJDH esteve cuidadoso quanto ao auxílio prestado à sociedade, tanto para permitir que os assistidos do Núcleo pudessem aprender e utilizar os meios eletrônicos do espaço, por exemplo, na elaboração de currículos para empregos auxiliados pelos alunos em Práticas Reais com os computadores disponíveis no espaço. Essa interação também é fundamental para que se conheçam realidades e os discentes possam estreitar vínculos pessoais, desenvolver a empatia com o próximo e, assim, atuar de maneira responsável no exercício futuro profissional. Desse jeito, as práticas do NPJDH ressaltam a necessidade de implementar uma educação humanizada.

No mesmo sentido do aproveitamento dos meios digitais, o NPJDH vem criando eventos participativos para a sociedade, seja por meio do recebimento de alunos do ensino médio para falar de temas relacionados ao direito e ao funcionamento do NPJDH, ou na mobilização dos alunos de Práticas Jurídicas Reais para participarem das mostras acadêmicas do curso de direito, promovidas pelo Núcleo, a primeira ocorrida em 2019 e a segunda em 2022, além do primeiro ciclo de debates do NPJDH no ano de 2020, experiências únicas em que os discentes puderam apresentar os seus trabalhos, melhorando as suas técnicas de comunicação e perdendo o medo de falar em público.

O importante é atrair a atenção não apenas para os alunos do curso, mas ampliar o acesso a essas atividades para toda a sociedade, reforçando o compromisso dessa Universidade pública em atender efetivamente a todos.

Dessa maneira, os denominados plantões (comparecimentos dos alunos para atendimento no NPJDH) têm a intenção de desenvolver práticas para o conhecimento, visibilizando perspectivas éticas e morais que permitam a esses discentes uma reflexão para os desafios de viver na região e criar mecanismos para que essas pessoas possam saber trabalhar em sociedade e defender direitos, exercendo seus deveres e exigindo o cumprimento de seus direitos, no pleno exercício da cidadania participativa, em especial em temas de educação.

**Qual o número de alunos que participaram da atividade e o tempo de duração?**

Entre 30 e 50 alunos para as disciplinas de Práticas Jurídicas Reais que, a cada semestre oferecem duas, ou seja, as ímpares I e III e após, as II e IV, com a atuação do único professor e coordenador do NPJDH

Os discentes deverão comparecer ao NPJDH para a realização das atividades de Práticas Jurídicas Reais, com uma carga horária total obrigatória de 60h. As Práticas Jurídicas Reais apenas acontecem pelas manhãs, no horário de funcionamento do Núcleo, entre 8 e 12 horas. Para o cumprimento da disciplina os discentes deverão levar em consideração:

7 Plantões no NPJDH, obrigatórios de 4h (quatro horas) cada = 28 (vinte e oito horas);

Assistir 7 (sete audiência de conciliação), obrigatório de até 1h (uma hora) cada = 7h (sete horas);

Assistir 7 (sete audiência de instrução e julgamento), obrigatórios de até 2h (duas horas) cada = 14 (quatorze horas);

2 Plantões no NPJDH, complementares de 4h (quatro horas) cada = 8h (oito horas) para desenvolver atividades acadêmicas (seminários, cursos, mostras e ciclos de formação/ou científicas como desenvolvimento de trabalhos científicos (artigo, resumos, capítulo de livro etc.).

1 Plantão no NPJDH, complementares de 3h (três horas) para a realização do trabalho ao final da disciplina.

Total de 60h (sessenta horas) da disciplina.

## O método de ensino

Para as atividades de Práticas Jurídicas Reais estarão presentes nas suas consecuições as seguintes previsões:

Método de caso por meio de atendimento à sociedade, plasmada na atenção ofertada aos assistidos do NPJDH, com os atendimentos que ocorrem regularmente no Núcleo pelos discentes do curso de direito e o professor, onde diversos tipos de situações são externados diariamente, permitindo que o funcionamento do espaço seja múltiplo quanto aos temas lidados. Esse contexto ajuda na apresentação das alternativas possíveis para a resolução dos problemas relatados pelas pessoas que procuram o Núcleo para tirar dúvidas e solicitar ajuda. Os registros dos casos servem de modelos para comentar com os discentes, situações similares já enfrentadas, buscando adequações para exemplos parecidos.

Quanto ao método do *problem-based learning*, o mesmo é adotado pois viabiliza o aprendizado com base no incentivo a proatividade e a melhora na formação/sensibilização dos discentes, através das discussões implementadas sobre temas importantes, de casos enfrentados e que são multidisciplinares, como são os casos dos Direitos Humanos e temas afins.

Também será possível identificar o emprego das rodas de conversas e debates com os discentes e o professor do NPJDH, com o intuito de esclarecer questões de relevo para o curso e sociedade, trazendo os relatos dos alunos e outros para elucidar inquietações/dúvidas que surjam ao longo das Práticas Jurídicas Reais, aproveitando a próxima relação entre todos os envolvidos nas atividades.

De igual maneira, a utilização do método de seminário temático, com o intuito de introduzir temas a certo público são realizados no espaço do NPJDH, implementando a discussão em temas importantes, como os já mencionados no presente projeto.

## Forma de preparação do professor para a atividade

As atividades de Práticas Jurídicas Reais são motivadas pelos diversos e mais variados problemas

que chegam ao NPJDH. Contudo, apesar do dinamismo desta atividade, algumas são as perguntas norteadoras para o bom desempenho das disciplinas e aprendizados dos alunos: Quais as principais demandas da sociedade? O que a sociedade espera do atendimento do NPJDH? Como as ações podem ser desenvolvidas em favor da população em situação de exclusão social? Como o curso de direito vem planteando a realização das disciplinas de Práticas Jurídicas Reais? Os discentes conseguem realizar as atividades nas disciplinas do NPJDH? O contexto social e regional influi na compreensão das práticas jurídicas reais?

Com essas inquietações, espera-se que os discentes possam receber informações valiosas sobre a real situação da sociedade em que vivem, permitindo que os mesmos estejam atentos e atuando, de modo precavido e responsável, para a sua saída da Universidade e pleno desenvolvimento da futura atividade profissional. De igual modo, as perguntas explicitadas norteiam as ações do curso de direito em estabelecer estratégias para o regular funcionamento do NPJDH, na manutenção da efetiva atenção à sociedade e com o cuidado em oferecer uma educação sensível aos temas dos Direitos Humanos e afins.

Com base nessas premissas, o docente também deverá estar atento as modificações do tempo e do espaço, acompanhado as novas realidades que podem surgir, de modo a influir no contexto regionalizando. Para essas situações, o docente deverá propor alternativas para a adequação do ensino das Práticas Jurídicas Reais a essas mudanças, de modo a ter as respostas das perguntas anteriormente explicitadas, demonstrando efetivo domínio sobre as principais questões que gerem o próprio trabalho do curso de direito e da relação entre professor/discentes no NPJDH.

## Forma de preparação dos alunos para a atividade

A atividade proposta inicia-se com a convocação geral dos discentes a um primeiro plantão no NPJDH, onde serão informados sobre as disciplinas de Práticas Jurídicas Reais (I e III ou II e IV, variante entre os semestres) e o funcionamento das mesmas, explicando as avaliações e os trabalhos a ser desenvolvidos no semestre. Após esse momento, os alunos em práticas receberão as escalas dos plantões (datas) em que deverão comparecer ao Núcleo para atendimentos e realização dos trabalhos e avaliações.

Para cada plantão, recomenda-se que os alunos estejam em duplas, no intuito de estarem sempre acompanhados no momento de atendimento de uma assistido que procura o NPJDH para esclarecer dúvidas e iniciar as alternativas propostas pelo Núcleo nas resoluções dos conflitos.

Como o espaço funciona com apenas um professor coordenador, o mesmo sempre estará presente no Núcleo para regular as atenções à sociedade e as atribuições dos discentes nesses atendimentos, de modo a acompanhar as orientações dos alunos e os possíveis desfechos para os casos que surgem, com a preocupação de que os alunos evitem cometer os erros típicos iniciais, como no caso de ofertar informações imprecisas ou equivocadas para os assistidos que procuram atenção no Núcleo.

Após os atendimentos, os alunos se reúnem com o coordenador/professor do NPJDH para comentar o atendimento e apresentar as alternativas para as diversas situações enfrentadas. Desse modo, serão orientados a proceder com as tramitações dos atendimentos, seja para propor acordos ou ajuizamentos de ações. Assim, os discentes começaram a colocar em prática os conhecimentos adquiridos na graduação e realizar pesquisas sobre os modelos adequados para o desenvolvimento das peças do atendimento, por exemplo: em encontrar modelos para acordos ou para realizar uma petição, nas hipóteses de ajuizamentos de ações, sendo auxiliados pelo professor na consecução de suas propostas.

Os plantões dos discentes no NPJDH servem para dar continuidade a essa atenção aos assistidos, onde os alunos podem tirar dúvidas com o docente, mostrar a elaboração das peças, comentar as estratégias jurídicas para os casos etc. O próprio NPJDH possui arquivos com modelos de peças utilizadas nos atendimentos durante os semestres, que permitem aos alunos novos que possam conhecer dos trabalhos previamente realizados, passando por adequações necessárias para cada caso de atendimento. Após essa etapa, os discentes serão orientados como ajuizar as ações nos sistemas eletrônicos dos respectivos Órgãos para dar continuidade aos pleitos dos assistidos do Núcleo.

No que diz respeito às audiências de conciliação e instrução (assistidas pelos discentes), essa exigência permite que os mesmos possam se familiarizar com os ritos e posturas a ser desempenhadas pelos futuros profissionais, conhecendo a realidade prática de acompanhar um cliente por exemplo, ou ver a atuação de um juiz, promotor ou advogado, vivenciar seus argumentos e ações através de processos reais. Essas são experiências únicas são as que marcam os alunos, podendo inclusive influir nas decisões de um aluno em seguir alguma profissão em especial.

Sobre os dois (2) plantões no NPJDH, complementares de 4h (quatro horas) cada = 8h (oito horas) para o desenvolvimento de atividades acadêmicas (seminários, cursos, mostras e ciclos de formação/ou científicas como desenvolvimento de trabalhos científicos (artigo, resumos, capítulo de livro etc.). Para eles, os discentes podem utilizar da criatividade para aprimorar seus conhecimentos, com a criação de ações de pesquisa, ensino e extensão, visibilizando de modo acadêmico seus esforços e inquietações, plasmados em trabalhos científicos, tanto para outros alunos como para a sociedade em geral. A escolha será dos alunos, orientados sempre pelo professor.

Destaca-se que o NPJDH não funciona apenas como um local para atender a população carente sobre consultas jurídicas ou ajuizamentos de processos. O espaço foi implementado com o intuito de fazer da experiência acadêmica uma fonte a mais de conhecimento para os estudantes conhecerem a realidade da sociedade local, implementando ações efetivas para melhorar a mesma conjuntura local.

Consequentemente, com os atendimentos dos assistidos, se buscou conduzir os trabalhos de modo a atender as exigências regionais, quando, por exemplo, foi entendido que a atenção dos assistidos também deveria contar com uma formação multidisciplinar, interseccional e humanizada. Razão pela qual se passou a utilizar nos plantões do NPJDH as parcerias previamente comentadas no projeto, com a intenção de contar com as parcerias de outras Instituições que relevassem para os alunos as situações adversas em que vivem todos, nessa mesma sociedade.

Assim, a capacitação dos alunos para os desafios das temáticas dos Direitos Humanos, sejam elas quanto ao gênero, sexualidade, povos originários e tradicionais, questões fundiárias acabaram recebendo atenções diferenciadas, com a finalidade de que os alunos pudessem conhecer os obstáculos e atuarem de modo a fazer a diferença como cidadãos e futuros profissionais, com impactos diretos e indiretos no contexto do Estado em que o projeto se desenvolve.

O NPJDH também conta com um pequeno acervo de livros atuais para que os alunos possam consultar e aprimorar seus argumentos jurídicos na elaboração das peças dos assistidos no Núcleo. Da mesma maneira, também foram realizadas parcerias com a biblioteca central da Universidade, com o objetivo de ofertar cursos aos alunos das disciplinas das Práticas Jurídicas Reais para o manuseio e consulta do material disponível nas plataformas digitais dos acervos físicos e virtuais para a elaboração de estudos e pesquisas científicas. Utilizando, dessa maneira, o próprio material humano (servidores) da Universidade em favor do ensino.

Essa troca de experiência vem sendo relevante, pois se pode notar que esses conhecimentos vêm sendo usado pelos discentes em outras disciplinas da graduação e, também, na elaboração final das monografias jurídicas dos discentes, quando os mesmos puderam ter acesso às ferramentas disponíveis para a investigação, diretamente relacionada ao ensino, pesquisa e extensão. Esses esforços implementados no ensino jurídico das Práticas Reais vêm viabilizando mudanças relevantes na vida dos alunos do curso.

## Detalhamento do desenvolvimento da atividade

É importante mencionar que as atividades de Práticas Jurídicas Reais são extraclasse, ou seja, se desenvolvem como alternativa para que os discentes do curso de direito possam experimentar o exercício da futura atividade profissional jurídica, colocando em prática os conhecimentos adquiridos nas atenções dos casos verdadeiros dos atendimentos realizados no NPJDH. Além desse modelo, o Núcleo vem adotando uma postura inovadora, implementando em seu material didático a participação dos discentes nas dis-

cussões mais atuais em temas do direito, assim como, estendendo esse conhecimento para a sociedade, através de múltiplas ações voltadas para efetiva inclusão desses alunos no papel inovador de se tornarem agentes defensores dos Direitos Humanos na região em que esse projeto se vincula.

Essa medida de sensibilização é importante por muitos fatores: O Estado em questão lidera no país com a maior quantidade de violações aos Direitos Humanos, seja na abordagem de crimes motivados contra as mulheres, ou em práticas que atentam contra a dignidades de pessoas em situação de vulnerabilidade social, tanto por motivação de preconceito/discriminação por raça, religião, gênero, identidade, origem, sexualidade e outras.

Essa realidade necessita ser trazida para análise e discussão no meio acadêmico. Frente à inexistência ou limitada abordagem dessas questões no próprio curso de direito, no trâmite regular das disciplinas vistas em sala de aula pelos docentes, caminhos alternativos precisam ser estruturados com o objetivo de viabilizar as diversas situações preocupantes em que vivem um número importante da sociedade local, pois parte dessas pessoas procuram o NPJDH para tentar resolver conflitos e buscar o acesso à justiça.

A conjuntura comentada necessita ser atendida pelo desenvolvimento da atenção do Núcleo para os assistidos, levando em conta suas limitações e os obstáculos que existem e dificultam a vida em dignidade dessas pessoas. As Universidades públicas e seus servidores devem ter a preocupação em atuar sempre, buscando a qualidade do exercício da função pública de modo a investir nas mudanças social, em prol do interesse coletivo, do bem-estar e no combate às injustiças.

Por essa razão, a inovação da atividade do NPJDH está desenvolvida, principalmente, para mudanças de costumes, posturas, ideias de todos os envolvidos no projeto apresentado, permitindo agregar conhecimento, somar esforços, introduzir novidades nos moldes de ensino e na melhoria do aprendizado, podendo servir de inspiração para outras Instituições e pessoas.

## Formas de desenvolvimento da atividade

### 7º semestre

O discente deverá cumprir 60h de estágio no NPJDH, cumprindo com as seguintes exigências:

7 Plantões no NPJDH Obrigatório 4h (quatro horas) cada = 28 (vinte e oito horas);

Assistir 7 (sete audiência de conciliação) Obrigatório 1h (uma hora) cada = 7h (sete horas);

Assistir 7 (sete audiência de instrução e julgamento) Obrigatório 2h (duas horas) cada = 14 (quatorze horas);

2 Plantões no NPJDH Complementar 4h (quatro horas) cada = 8h (oito horas) para desenvolver atividades acadêmicas (seminários, cursos, mostras e ciclos de formação/ou científicas como a realização de trabalhos científicos (artigo, resumos, capítulo de livro etc.).

1 Plantão no NPJDH Complementar 3h (três horas) para a realização do trabalho ao final da disciplina.

Total de 60h (sessenta horas) da disciplina.

### 8º semestre

O discente deverá cumprir 60h de estágio no NPJDH, cumprindo com as seguintes exigências:

7 Plantões no NPJDH Obrigatório 4h (quatro horas) cada = 28 (vinte e oito horas);

Assistir 7 (sete audiência de conciliação) Obrigatório 1h (uma hora) cada = 7h (sete horas);

Assistir 7 (sete audiência de instrução e julgamento) Obrigatório 2h (duas horas) cada = 14 (quatorze horas);

2 Plantões no NPJDH Complementar 4h (quatro horas) cada = 8h (oito horas) para desenvolver atividades acadêmicas (seminários, cursos, mostras e ciclos de formação/ou científicas como a realização de trabalhos científicos (artigo, resumos, capítulo de livro etc.).

1 Plantão no NPJDH Complementar 3h (três horas) para a realização do trabalho ao final da disciplina.

Total de 60h (sessenta horas) da disciplina.

## 9º semestre

O discente deverá cumprir 60h de estágio no NPJDH, cumprindo com as seguintes exigências:

7 Plantões no NPJDH Obrigatório 4h (quatro horas) cada = 28 (vinte e oito horas);

Assistir 7 (sete audiência de conciliação) Obrigatório 1h (uma hora) cada = 7h (sete horas);

Assistir 7 (sete audiência de instrução e julgamento) Obrigatório 2h (duas horas) cada = 14 (quatorze horas);

2 Plantões no NPJDH Complementar 4h (quatro horas) cada = 8h (oito horas) para desenvolver atividades acadêmicas (seminários, cursos, mostras e ciclos de formação/ou científicas como a realização de trabalhos científicos (artigo, resumos, capítulo de livro etc.).

1 Plantão no NPJDH Complementar 3h (três horas) para a realização do trabalho ao final da disciplina.

Total de 60h (sessenta horas) da disciplina.

## 10º semestre

O discente deverá cumprir 60h de estágio no NPJDH, cumprindo com as seguintes exigências:

7 Plantões no NPJDH Obrigatório 4h (quatro horas) cada = 28 (vinte e oito horas);

Assistir 7 (sete audiência de conciliação) Obrigatório 1h (uma hora) cada = 7h (sete horas);

Assistir 7 (sete audiência de instrução e julgamento) Obrigatório 2h (duas horas) cada = 14 (quatorze horas);

2 Plantões no NPJDH Complementar 4h (quatro horas) cada = 8h (oito horas) para desenvolver atividades acadêmicas (seminários, cursos, mostras e ciclos de formação/ou científicas como a realização de trabalhos científicos (artigo, resumos, capítulo de livro etc.).

1 Plantão no NPJDH Complementar 3h (três horas) para a realização do trabalho ao final da disciplina.

Total de 60h (sessenta horas) da disciplina.

Essa estrutura acabou sendo padrão para todos os semestres, pois os resultados alcançados motivaram a manutenção da mesma nos últimos anos. Além das exigências dos Plantões e nos acompanhamentos das audiências, a inovação quanto à sensibilização em temas dos Direitos Humanos poderá ser notada, com a real interação entre professor e alunos, em preocupação com a troca de conhecimento e no desenvolvimento criativo de ações em favor de mudanças de realidades, com uma efetiva educação em Direitos Humanos.

É através da inclusão dos Plantões sobre no Núcleo, ou seja: 2 Plantões no NPJDH Complementar 4h (quatro horas) cada = 8h (oito horas) para desenvolver atividades acadêmicas (seminários, cursos, mostras e ciclos de formação/ou científicas como a realização de trabalhos científicos (artigo, resumos,

capítulo de livro etc.) e do Plantão no NPJDH, complementar 3h (três horas) para a realização do trabalho ao final da disciplina. É nessa parte que vem sendo possível inovar nos moldes dos atendimentos dos Núcleos de Práticas Jurídicas, englobando a sensibilização dos alunos e sociedade em uma educação diferenciada, levando em conta os nuances regionais e problemáticos do Estado.

Essa alternativa para o ensino prático jurídico, com o emprego de formas alternativas para transmitir conhecimento e de ter, igualmente, o contraponto da participação ativa dos discentes do curso, em relação às propostas de medidas para tornar efetivas as discussões no ambiente acadêmico.

Assim, se poderá evidenciar a eficiência na utilização dos métodos adotados no NPJDH, como o método de caso por meio de atendimento à sociedade, plasmada na atenção ofertada aos assistidos do NPJDH, com os atendimentos que ocorrem regularmente no Núcleo pelos discentes do curso de direito e o professor, e, desse jeito, os casos poderão ser discutidos nos Plantões com os discentes. Da mesma maneira, quando de emprega o método do *problem-based learning*, que viabiliza o aprendizado com base no incentivo à proatividade e a melhora na formação/sensibilização dos discentes. Igualmente, de modo positivo, vêm sendo utilizadas as rodas de conversas e debates com os discentes e o professor do NPJDH, com o intuito de esclarecem questões de relevo para o curso e sociedade, trazendo os relatos dos alunos e outros para elucidar inquietações/dúvidas que surjam ao longo das Práticas Jurídicas Reais, aproveitando a próxima relação entre todos os envolvidos nas atividades ou, também, com a utilização do método de seminário temático, com o anseio de introduzir temas a certo público, similarmente realizados no espaço do NPJDH.

É importante destacar que a designação das atividades que implicam em assistir as audiências de conciliação/instrução não integram os Plantões do NPJDH, mas existe uma carga horária delimitada para o seu cumprimento por parte dos discentes, assim como a apresentação das atas das mesmas integrará a avaliação final da disciplina, inclusive com a atribuição de nota específica, como já explicitado.

## Matriz de avaliação dos discentes

Informa-se que a matriz de avaliação dos discentes é importante para saber se os objetivos do projeto estão sendo alcançados, permitindo caso preciso, modificar a estrutura do ensino de modo a viabilizar os anseios de êxito das atividades, tanto para os discentes como para o curso de direito. Dessa forma, através das avaliações, o professor/coordenador do NPJDH acompanhará os resultados dos trabalhos realizados e sua contextualização com as realidades das demandas regionais. Nesse caso, as avaliações servirão de ponto de partida para mensurar se os objetivos pretendidos ao início foram logrados, até mesmo superados.

Assim, inicialmente, a preocupação do docente será em auxiliar os primeiros atendimentos dos alunos à comunidade, anotando os erros e acertos de cada aluno nos desempenhos de suas Práticas Jurídicas Reais. Seguidamente, levar em consideração as peças elaboradas pelos discentes nos atendimentos dos assistidos do NPJDH, corrigindo os argumentos jurídicos apresentados e analisando a viabilidade das alternativas apresentadas pelos alunos para o desfecho dos casos concretos. Levando em conta a estrutura prévia de 7 (sete) Plantões no NPJDH, obrigatórios de 4h (quatro horas) cada = 28 (vinte e oito horas).

De modo a seguir com os critérios de avaliação, a participação das audiências designadas para os discentes também serão parte da avaliação na disciplina, pode meio do acompanhamento das Atas de Audiências apresentadas pelos alunos, conforme a realização das mesmas. Nessa etapa avaliativa, tendo em conta: assistir 7 (sete audiência de conciliação), obrigatórias 1h (uma hora) cada = 7h (sete horas); assistir 7 (sete audiência de instrução e julgamento) Obrigatório 2h (duas horas) cada = 14 (quatorze horas); monitorando, assim, o interesse dos alunos nos relatos das audiências em que estiveram participando e no desenvolver dos ritos processuais comuns.

Em continuação, os 2 (dois) Plantões no NPJDH Complementar 4h (quatro horas) cada = 8h (oito horas) para desenvolver atividades acadêmicas (seminários, cursos, mostras e ciclos de formação/ou cien-

tíficas como a realização de trabalhos científicos (artigo, resumos, capítulo de livro etc.), junto com o Plantão Complementar de 3h (três horas) para a realização do trabalho ao final da disciplina serão a culminação das formas de avaliação das disciplinas de Práticas Jurídicas Reais a cada semestre, pois permitirão a materialização da parte relacionada à motivação acadêmica científica, contribuindo para a implementação dos projetos de pesquisa e de extensão do Núcleo.

Desta maneira, permitindo que os discentes possam desenvolver atividades de sensibilização, pensando em eventos para externar os conhecimentos adquiridos e compartilhado com o meio social. Também, servirá de experiência pessoal e profissional da criação de ciclos, mostras, seminários, encontros acadêmicos para troca de conhecimentos.

Quanto ao instrumento avaliativo do projeto para atribuição de nota seguirá a seguinte forma:

- Entrega das peças desenvolvidas pelos discentes ao longo dos Plantões de atendimento no NPJDH;
- Entrega das atas de audiências designadas em que o discente comprova a participação;
- Entrega de trabalho científico ou ação acadêmica de sensibilização;
- Realização/apresentação dos discentes nos eventos organizados.

A pontuação para cada entrega será de 2,0 pontos + 1,0 ponto pela participação e regularidade: 3,0 pontos (1ª entrega das peças atendimentos) + 3,0 pontos (2ª entrega das audiências) + 3,0 pontos (3ª entrega trabalhos/ações acadêmicas) + 1,0 ponto (realização/apresentação nos eventos) = 10,0 pontos finais das disciplinas de Práticas Jurídicas Reais.

Para os casos de recuperação das disciplinas de Práticas Jurídicas Reais, ou seja, quando dos discentes não atingem a nota mínima para a aprovação de 7,0 (sete) pontos, os mesmos terão a possibilidade de realizar um novo processo avaliativo, com os objetivos de Identificar o aprendizado sequencial dos temas vislumbrados nas disciplinas do semestre e analisar a aplicação do conhecimento adquirido na graduação empregados na demonstração de um atendimento e elaboração de uma peça processual (parte escrita) e posterior apresentação (parte oral) pelo aluno em recuperação, com uma duração de 4 (quatro) horas, onde o aluno receberá o caso prático, com os dados específicos para a preparação do atendimento simulado com um assistido do NPJDH, mais a peça solicitada, que poderá ser uma petição inicial, contestação ou recurso cabível. Na recuperação, o cálculo da nota da disciplina será de 5,0 pontos (parte escrita) + 5,0 pontos (parte oral) = 10,0 pontos.

## Considerações Finais

As disciplinas de Práticas Jurídicas Reais são atividades extraclasse e de consolidação, pois os objetivos das mesmas é permitir que os alunos desenvolvam as aptidões exigidas para o desempenho das atividades jurídicas comuns, adequando o conhecimento adquirido nas outras disciplinas da graduação com o exercício de colocar em prática para a resolução dos casos enfrentados nos atendimentos à sociedade, funcionando como uma oportunidade a mais no aprendizado desses discentes e na consolidação do conhecimento adquirido, viabilizando o emprego do autoconhecimento e do domínio intelectual dos discentes nas situações experimentadas nos atendimentos do NPJDH pelos mesmos.

Somadas ao conceito de ensino e educação jurídica, também é possível ampliar as atividades das disciplinas de práticas reais ao desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão do NPJDH.

Acredita-se que essa possibilidade vem fazendo do Núcleo um modelo positivo para mudar as realidades da região, em destaque no combate aos obstáculos que excluem pessoas todos os dias na região e impedem que as mesmas exerçam suas cidadanias de modo participativo. As realidades das ações do NPJDH somam esforços com as reivindicações dos defensores dos Direitos Humanos, nas tentativas de re-

verter estruturas discriminadoras. Nesse sentido, viabilizando uma educação sensibilizadora e humanizada, que influi no modo de ser e viver dos discentes dessa Universidade pública no extremo norte do país.

Com essa perspectiva diferenciada das disciplinas de Práticas Jurídicas Reais se destacam os projetos de pesquisa e extensão do NPJDH, que têm a intenção de apresentar ao corpo discente do curso, por meio de apresentação de palestras, ciclos, seminários, mostras acadêmicas, gerando o debate em diversos temas relevantes. Do mesmo modo, promovendo discursos sobre aspectos importantes do direito, es especial nos âmbitos dos Direitos Humanos: gênero e violência, meio ambiente, povos tradicionais etc.

No mesmo ideal, a utilização dos projetos mencionados objetiva realizar apresentações que abordem essas temáticas de relevo social, contribuindo para o desenvolvimento intelectual da comunidade jurídica local, sejam acadêmicos, professores e profissionais. Assim, despertando o senso crítico e reflexivo dos participantes dos projetos do NPJDH com relevância para a Universidade e para a sociedade.

Em vista do exposto, destaca-se que as atividades realizadas no Núcleo de Práticas Jurídicas e Defesa dos Direitos Humanos da UFRR tem apresentado ações importantes para mudar paradigmas na região amazônica, em especial na zona do lavrado roraimense, desenvolvendo o NPJDH como pilar da educação da sociedade.

Dessarte, é necessário que após a pandemia do covid-19 haja o retorno das atividades feitas presencialmente no NPJDH como, as consultas jurídicas, acompanhamentos processuais, oficinas e seminários, atividades estas que tem o intuito de educar e ajudar a população roraimense. Nessa perspectiva, temas de oficinas que versam acerca dos direitos da comunidade LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) e os direitos que são suprimidos dessa comunidade devem voltar a ser abordados, assim como temas que sensibilizem a sociedade sobre os Direitos Humanos em sua generalidade garantidos pela Constituição Federal.

## Referências

DIREITOS HUMANOS LAB. **Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade**. Disponível em: <<https://direitoshumanoslab.blogspot.com/?m=0>>. Acesso em: 05 de março de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **UFRR proporciona prática da advocacia no Núcleo de Práticas Jurídicas**. Disponível em: <<https://ufr.br/ultimas-noticias/7695-ufr-proporciona-pratica-da-advocacia-no-nucleo-de-praticas-juridicas>>. Acesso em: 06 de março de 2023.

Recebido em 11 de março de 2023.

Aceito em 25 de janeiro de 2024.